

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7.....	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8.....	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9.....	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10.....	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délío Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11.....	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12.....	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17.....238

FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO *LATO SENSU*

Gercina Dalva

DOI 10.22533/at.ed.84721100317

CAPÍTULO 18.....244

ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS*

Aline Fonseca Gomes

Vagner Costa Oliveira

Joselito da Silva Bispo

Sara Mendes Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.84721100318

CAPÍTULO 19.....256

A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Dourado Rocha

Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento

Marcos Flavio Portela Veras

Rhogério Correia de Souza Araújo

Ieso Costa Marques

Juliana Luíza Moreira Del Fiacco

Regiane Janaína Silva de Menezes

Elizabeth Cristina Soares

DOI 10.22533/at.ed.84721100319

CAPÍTULO 20.....262

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET

Diólia de Carvalho Graziano

Luiz Fernando Gomes Pinto

DOI 10.22533/at.ed.84721100320

CAPÍTULO 21.....282

REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO

Maria Carolina Conejero

DOI 10.22533/at.ed.84721100321

CAPÍTULO 22.....299

CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES

Felipe Gonçalves Moura

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Adriano Antonio Nuintin

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Varginha – MG
<http://lattes.cnpq.br/1098108871789832>

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Varginha – MG
<http://lattes.cnpq.br/4473792510805304>

Maria Aparecida Curi

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Varginha – MG
<http://lattes.cnpq.br/9842265897660893>

Richardson Coimbra Borges

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul –
UFMS
Chapadão do Sul – MS
<http://lattes.cnpq.br/4428851357410529>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha, localizada no sul de Minas Gerais. O controle das despesas com pessoal, além de ser uma exigência legal, é necessário para o planejamento financeiro dos municípios, que apresentam dificuldades em gerar receitas para cobrir as despesas da estrutura administrativa. O estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagem

quantitativa. Os dados foram analisados mediante estatística descritiva e da metodologia *Data Envelopment Analysis* – DEA, no período de 2016 a 2019. Conforme os resultados, a média de gastos com pessoal em relação a receita corrente líquida é de 51%, no período estudado, já a relação gastos com pessoal e despesas totais é 49% e os gastos com pessoal por habitante é R\$ 1.186,62. De acordo com classificação dos municípios, Campos Gerais, Elói Mendes, Três Corações e Varginha apresentaram melhor relação entre receitas e gastos com pessoal, e os municípios de Santana da Vargem, Guapé e São Bento Abade, apresentaram uma relação em média de 20% inferior aos primeiros municípios.

PALAVRAS - CHAVE: Gastos com pessoal; setor público; microrregião de Varginha-MG.

PERSONNEL EXPENSES: COMPARATIVE ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES IN THE VARGINHA-MG MICROREGION THOROUGH DATA ENVELOPMENT ANALYSIS

ABSTRACT: This article aims to analyze the behavior of personnel expenses in the municipalities of the Varginha microregion, located in the south of Minas Gerais. The control of personnel expenses, in addition to being a legal requirement, is necessary for the financial planning of municipalities, which have difficulties in generating revenue to cover the expenses of the administrative structure. The study is characterized as an exploratory descriptive research, with a quantitative approach. The data were analyzed using descriptive statistics and the

methodology Data Envelopment Analysis- DEA, in period of 2016 until 2019. According to the results, the average personnel expenses in relation to the current net revenue is 51%, in the studied period, whereas the personnel expenses and total expenses ratio is 49% and the personnel expenses per inhabitant is R\$ 1.186,62. According to the classification of municipalities Campos Gerais, Elói Mendes, Três Corações e Varginha feature better relationship between revenues and expenses with personnel, and the municipalities of Santana da Vargem, Guapé e São Bento Abade, presented an average ratio of 20% lower than the first municipalities.

KEYWORDS: Personnel expenses; public sector; microregion of the Varginha-MG.

1 | INTRODUÇÃO

O Índice Firjan Gestão Fiscal – Firjan (2019), demonstra um cenário apreensivo para os municípios mineiros, o percentual dos municípios que apresentaram um quadro fiscal considerado crítico foi de 56,5%. Ratifica com esse resultado o baixo percentual de municípios que administraram seus recursos com eficiência, apenas 12% apresentou gestão fiscal boa ou excelente.

As administrações municipais, em razão das muitas exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, sempre tiveram um grande desafio em manter a prestação de contas sobre o uso do dinheiro público. Os gastos com o pessoal sempre foram, por parte dos gestores públicos, objeto de muito acompanhamento e controle.

Ultrapassar os limites prudenciais de gastos com pessoal, previsto na Lei de responsabilidade Fiscal, pode significar sanções que vão penalizar o município no que diz respeito principalmente ao seu caixa. Dessa forma, é necessário que as administrações municipais canalizem esforços para o desenvolvimento e mecanismos que possam ser utilizados para a avaliação da gestão dos recursos.

Tendo em vista a necessidade de gestão dos gastos com pessoal no setor público em um cenário com restrições orçamentárias, o presente trabalho apresenta o seguinte questionamento: Como está o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha localizada no sul de Minas Gerais

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar o comportamento dos gastos com pessoal dos municípios da microrregião de Varginha – Sul de Minas Gerais. Para isso os objetivos específicos, são: (i) Apresentar a evolução do montante dos gastos com pessoal, da receita corrente líquida e das despesas totais dos municípios em estudo; (ii) Evidenciar, por meio de indicadores, a relação gastos com pessoal, receita corrente líquida, despesas totais e número de habitantes do período estudado e (iii) Classificar os municípios conforme o resultado dos indicadores por meio da análise envoltória de dados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentada a introdução, seguida da revisão da literatura, na qual, são abordados o controle dos gastos com o pessoal e estudos anteriores sobre gastos com pessoal e o modelo conceitual da análise

comparativa dos gastos com pessoal. Na sequência, apresenta-se a metodologia a análise dos resultados e encerra-se com as considerações finais.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O Controle dos Gastos com o Pessoal

O Orçamento do Brasil, foi instituído pela CF/88, e é formado por três principais peças: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Cabe ao Congresso Nacional, deliberar sobre as leis orçamentárias bem com realizar o seu efetivo cumprimento (BRASIL, 1988).

Para Giacomoni (2017), a Constituição Federal de 1988 trouxe diretrizes inovadoras para a gestão pública. Valoriza-se o planejamento, e as administrações estão obrigadas a elaborar planos de médio prazo e esses mantêm vínculos estreitos com os orçamentos anuais.

A Lei Complementar nr. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, determina as normas para as finanças públicas no âmbito federal, estadual e municipal, estipula ações planejadas e transparentes de forma a prevenir riscos e deformidades que possam prejudicar o equilíbrio fiscal dos entes federativos.

Dessa forma, a LRF, apresenta-se como importante instrumento, que auxilia o gestor público no controle dos recursos públicos e em todas as esferas de governo, referentes à gestão da receita e da despesa públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público.

Dentre o conjunto de normas e princípios estabelecidos pela LRF, o limite de gastos com pessoal, merece um destaque, a Lei fixa limites para essa despesa em relação a Receita Corrente Líquida – RCL. O limite para a despesa com pagamentos de salários de servidores ativos, inativos e pensionistas. Os valores em relação ao total da arrecadação são os seguintes: 50% para União e 60% para os Estados e Municípios.

Para Linhares, Penna e Borges (2013), a imposição de limites de gastos seria, um avanço para o saneamento das finanças da União, dos estados e dos municípios e também para a realização de um ajuste fiscal definitivo, indispensável ao crescimento econômico sustentável, a geração de renda e ao bem-estar social.

O Controle dos gastos públicos, por parte dos municípios exige dos gestores um planejamento eficaz tendo como objetivo cumprir os limites impostos pela legislação. Estudos acadêmicos sobre o tema, tem sido desenvolvido, de forma a contribuir para uma melhor compreensão e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

2.2 Estudos Anteriores

Encontram-se na literatura, estudos relacionados à despesas, receitas e sua relação com pessoal nos municípios. Nesta subseção, são apresentados alguns trabalhos que

contribuíram para a definição da pesquisa, assim como, para o cumprimento dos objetivos propostos.

Souza e Almeida (2011), analisaram se a variação percentual das despesas com pessoal dos municípios pernambucanos, que atingiram no mínimo o limite prudencial, influencia na redução da produção dos serviços de saúde realizados pelo PSF - Programa de Saúde da Família. A metodologia empregada nesse estudo, foram as taxonômicas propostas por Vergara (2007), tanto para fins descritivos, quanto bibliográfica. A amostra empregada foi formada pelos municípios pernambucanos que no último quadrimestre dos anos de 2007 ou 2008 realizaram gastos com pessoal acima do limite prudencial no poder executivo e que apresentaram redução na produção dos serviços do PSF. O tratamento dos dados foi por meio de regressão simples e múltiplas. O estudo concluiu que a variação das despesas com pessoal, a população e o alcance do limite legal de despesa com pessoal dos períodos avaliados, não são determinantes da redução dos serviços de saúde realizados pelo PSF nos grupos de municípios pesquisados.

Um segundo trabalho anterior analisado foi o de Confessor et al (2017) onde são analisadas as despesas com pessoal nos municípios da Paraíba. Tal pesquisa foi realizada com a finalidade de fornecer ao gestor público, visão mais abrangente da referida despesa, em face dos limites impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, tomando por base os dados publicados no site: SICONFI, TCE/PB e IBGE. Os dados foram retirados das demonstrações contábeis das prefeituras do estado da Paraíba informadas ao Sistemas Sagres Cidadão. O período de coleta foi entre março e julho de 2017, analisados por meio de planilha eletrônica e regressão linear múltipla. Os dados analisados foram os anos de 2014, 2015 e 2016. Dos 223 municípios paraibanos, foram analisados 86, já que os demais não possuíam dados suficientes para análise. O total de gastos com pessoal foi obtido através da análise do RGF – Relatório de Gestão Fiscal e RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária, verificando-se o cumprimento dos limites impostos pela LRF. No presente trabalho, evidenciou-se que nos municípios pesquisados para o período proposto, a maioria dos gestores gastaram acima do estabelecido em lei; que as Despesas com Pessoal e Despesas com Pessoal sobre Receita Disponível para Pessoal possuem forte relação de igualdade e que as variáveis independentes Dummy para as regras fiscais LRF e LCF – Lei Complementar Federal (Receita Federal) e eDummy para Prefeito aliado político do Governador apresentaram significância estatisticamente para explicar o comportamento das variáveis DP – Despesas com Pessoal e DP_RDP – Despesas com Pessoal sobre Receita Disponível para Pessoal.

Outro trabalho relacionado com o tema tratado nesse artigo é o de SILVA(2018) onde foram analisadas as despesas com pessoal no município de Camboriú/SC. Tal trabalho analisou a evolução do limite da LRF-Lei de Responsabilidade Fiscal na despesa com pessoal no poder executivo do município de Camboriú/SC nos anos de 2000 a 2017. Verificou-se nesse trabalho, se houve o cumprimento dos limites impostos pela LRF,

quanto às despesas com pessoal nos anos de 2000 a 2017. Foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de análise documental, considerados como documentos os dados publicados na página eletrônica do Tribunal de Contas de Santa Catarina e no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Caixa Econômica Federal. No referido trabalho, concluiu-se que o Poder Executivo do município de Camboriú não cumpriu com os limites estabelecidos na LRF quanto às despesas com pessoal no período analisado, sendo que permaneceu dentro dos limites estabelecidos entre os exercícios financeiros de 2000 a 2007, entretanto, nos anos de 2011 a 2017 excedeu anualmente o limite de 90% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa subseção são apresentados o enquadramento metodológico, os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, pois descreve o comportamento dos gastos municipais com pessoal. Conforme Gil (2010), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Já a pesquisa exploratória é responsável por registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los (CERVO e BERVIAN, 1996).

Quanto a forma de abordagem do problema, a pesquisa enquadra-se em uma análise quantitativa, devido ao fato de utilizar metodologias como a *Data Envelopment Analysis* -DEA e técnicas de estatísticas descritivas, a partir de dados secundários.

3.2 Procedimentos para Coleta de Dados

Os dados foram obtidos em relatórios publicados nas páginas eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, disponíveis para livre consulta.

O recorte para este estudo compreende a microrregião de Varginha Minas Gerais, formada por 16 municípios, sendo: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Illicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha. O município de São Tomé das Letras foi excluído da análise por não ter apresentados os dados suficientes para a análise.

O período de análise refere-se aos anos de 2016 a 2019, o que o caracteriza com um estudo longitudinal. O período foi definido em função de contemplar dois anos da administração municipal anterior e dois anos da administração municipal atual.

3.3 Análise dos Dados

De posse dos dados, os mesmos foram organizados e descritos com aplicação de técnicas da estatística descritiva. Para isso, foram utilizados softwares SPSS e o *Microsoft Office Excel*. Nessa etapa, das análises buscou-se levantar informações sobre a média, desvio padrão, valores máximos e mínimos do conjunto de municípios analisados.

Para classificar os municípios de acordo com o nível de eficiência, no que diz respeito ao comportamento dos gastos com o pessoal, foi utilizada a metodologia *Data Envelopment Analysis*– DEA, a qual relaciona a quantidade ou volume de recursos utilizados, inputs, com os resultados gerados, outputs, pelas unidades de análise, as quais, neste estudo são os municípios.

Em 1978, com base no trabalho de Charnes, Cooper e Rhodes (1978) e Farrel (1957) desenvolveram a metodologia *Data Envelopment Analysis*– DEA, caracterizando-se como uma técnica não paramétrica baseada na programação linear. Essa metodologia objetiva mensurar a eficiência de unidades tomadoras de decisão, também chamadas de *Decision Making Units* (DMU), evidenciando a eficiência relativa de cada unidade com respeito aos melhores desempenhos observados, em relação aos *inputs* e *outputs*.

Para a aplicação da metodologia DEA é necessário definir a orientação para *input* ou para *output*. O modelo orientado a *input* busca maximizar a redução proporcional nas variáveis de *input*, enquanto mantém o nível de *output* constante. E o modelo orientado a *output* maximiza o aumento proporcional das variáveis de *output* mantendo o mesmo nível de *inputs* (HAYNES e DINC, 2005).

Para este estudo, a orientação da metodologia DEA foi a *output*, permitindo evidenciar os o comportamento da aplicação dos recursos públicos com gastos com pessoal.

Além da orientação a *input* e *output*, o modelo DEA pode ser operacionalizado com a aplicação de dois modelos: retorno constante de escala e retorno variável de escala.

Quanto à definição do retorno de escala, em função das características das DMUs, ou seja, dos municípios, em relação ao tamanho, ao montante de recursos públicos, foi utilizado o modelo de retorno variável de escala BCC.

A escolha das variáveis utilizadas nesta pesquisa teve embasamento na LRF e são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição dos inputs e outputs

Variável Selecionada	Descrição	Input/Output
RCL/HAB	Receita Corrente Líquida por Habitante	Input
DP/RCL	Relação Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida	Output
DP/DT	Relação Despesa com Pessoal / Despesas Totais	Output
DP/HAB	Relação Despesa com Pessoal / Habitante	Output

Fonte: Dados da pesquisa

Na próxima subseção são apresentados os resultados da pesquisa conforme os objetivos apresentados.

O capítulo de procedimentos metodológicos deve explicitar os métodos e procedimentos utilizados para desenvolvimento do trabalho.

4 I DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A comparação dos gastos com pessoal dos municípios foi realizada em três etapas apresentadas nas subseções seguintes.

4.1 Evolução dos Gastos com Pessoal, Receita Corrente Líquida e Despesas Totais dos Municípios Em Estudo

Esta subseção apresenta a evolução do montante dos gastos com pessoal, receita corrente líquida e despesas totais, conforme as Tabelas 1,2, e 4. Os valores são apresentados, em mil reais, por município, em ordem alfabética.

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Boa Esperança apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 17%. E os municípios de Monsenhor Paulo e Três Corações, evidenciam redução de 5% com gastos com pessoal no período apresentado.

Tabela 1: Evolução dos Gastos com Pessoal

Municípios	2016	2017	Evolução 2016-2017	2018	Evolução 2017-2018	2019	Evolução 2018-2019
Boa Esperança	42.817	50.182	17%	44.889	-11%	48.966	9%
Campanha	17.591	17.986	2%	19.262	7%	20.708	8%
Campo do Meio	11.981	12.443	4%	13.304	7%	14.140	6%
Campos Gerais	22.253	25.837	16%	28.509	10%	29.869	5%
Carmo da Cachoeira	13.750	14.591	6%	15.585	7%	14.157	-9%
Coqueiral	9.119	10.312	13%	9.971	-3%	11.666	17%
Elói Mendes	25.429	25.571	1%	27.532	8%	29.141	6%
Guapé	18.378	20.217	10%	19.542	-3%	21.985	12%
Ilicínea	12.025	13.479	12%	14.016	4%	14.924	6%
Monsenhor Paulo	9.141	8.677	-5%	9.116	5%	10.336	13%
Santana da Vargem	8.996	9.491	6%	9.788	3%	10.314	5%
São Bento Abade	7.403	7.356	-1%	8.016	9%	8.925	11%
Três Corações	72.515	68.707	-5%	78.744	15%	85.789	9%
Três Pontas	59.790	66.808	12%	66.580	0%	70.763	6%
Varginha	147.083	154.075	5%	159.342	3%	174.115	9%

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Boa Esperança apresenta redução de 11% com gastos com pessoal. E o município de Três Corações informa um aumento de 15%.

Já no período de 2018-2019, o município de Coqueiral apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 17%. E o município de Carmo da

Cachoeira evidencia redução de 9% com gastos com pessoal no período apresentado.

Tabela 2: Evolução da Receita Corrente Líquida

Municípios	2016	2017	Evolução 2016-2017	2018	Evolução 2017-2018	2019	Evolução 2018-2019
Boa Esperança	79.803	83.815	5%	87.160	4%	109.778	26%
Campanha	33.441	35.162	5%	36.182	3%	46.444	28%
Campo do Meio	24.286	26.599	10%	26.010	-2%	30.042	16%
Campos Gerais	45.266	48.029	6%	49.284	3%	58.756	19%
Carmo da Cachoeira	26.516	27.042	2%	26.995	0%	31.514	17%
Coqueiral	19.077	18.108	-5%	19.356	7%	22.547	16%
Elói Mendes	50.113	52.219	4%	54.279	4%	63.256	17%
Guapé	33.778	34.405	2%	35.660	4%	44.629	25%
Ilicínea	23.882	24.946	4%	24.931	0%	27.488	10%
Monsenhor Paulo	18.334	18.720	2%	19.089	2%	22.254	17%
Santana da Vargem	16.641	17.227	4%	17.149	0%	20.318	18%
São Bento Abade	13.928	13.574	-3%	14.428	6%	16.405	14%
Três Corações	133.718	136.643	2%	158.623	16%	176.757	11%
Três Pontas	116.507	121.545	4%	124.333	2%	144.150	16%
Varginha	308.179	347.719	13%	391.067	12%	480.778	23%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Varginha apresenta o maior percentual de crescimento da receita corrente líquida, ou seja, 13%. E os municípios de Coqueiral e São Bento Abade, informam redução de 5% e 3%, respectivamente, no período apresentado.

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Campo do Meio apresenta redução de 2% nas receitas correntes líquidas. E o município de Três Corações informa um aumento de 16%.

Já no período de 2018-2019, o município de Campanha apresenta o maior percentual de crescimento da receita corrente líquida, ou seja, 26%. E o município de Ilicínea evidencia a menor evolução, 10% no período apresentado.

De acordo com os valores apresentados, percebe-se um aumento generalizado das receitas correntes líquidas dos municípios de 2018 para 2019, conforme evidenciado em percentual na Tabela 1.

Tabela 3: Variação Receita Corrente Líquida - 2018x2019

Municípios	Receita Corrente	Transferência Corrente
Boa Esperança	41%	94%
Campanha	24%	82%
Campo do Meio	4%	106%
Campos Gerais	-3%	100%
Carmo da Cachoeira	10%	99%
Coqueiral	17%	103%
Elói Mendes	23%	84%
Guapé	9%	97%
Ilicínea	10%	96%
Monsenhor Paulo	6%	175%
Santana da Vargem	4%	99%
São Bento Abade	-7%	119%
Três Corações	116%	13%
Três Pontas	33%	83%
Varginha	51%	60%
Total Variação	43%	73%

Fonte: Elaborado pelos autores

Em média as receitas correntes dos municípios aumentaram 43% e as transferências correntes evoluíram, em média, 73%, influenciado o aumento das receitas correntes líquidas, além de evidenciar a dependência de transferência de recursos aos municípios para a manutenção e para a prestação de serviços aos seus habitantes.

Tabela 4: Evolução das Despesas Totais

Municípios	2016	2017	Evolução 2016-2017	2018	Evolução 2017-2018	2019	Evolução 2018-2019
Boa Esperança	95.825	100.790	5%	101.903	1%	118.384	16%
Campanha	36.146	35.415	-2%	40.420	14%	47.220	17%
Campo do Meio	24.670	25.811	5%	29.154	13%	30.794	6%
Campos Gerais	50.141	54.680	9%	60.873	11%	66.869	10%
Carmo da Cachoeira	25.688	26.290	2%	28.712	9%	27.817	-3%
Coqueiral	17.267	17.683	2%	22.039	25%	23.756	8%
Elói Mendes	50.810	52.587	3%	56.164	7%	60.524	8%
Guapé	34.550	34.000	-2%	38.820	14%	42.580	10%
Ilicínea	24.497	24.401	0%	25.869	6%	27.349	6%
Monsenhor Paulo	20.317	20.490	1%	20.835	2%	22.610	9%
Santana da Vargem	16.988	17.015	0%	17.385	2%	20.260	17%
São Bento Abade	14.015	13.795	-2%	14.535	5%	16.923	16%
Três Corações	146.545	157.537	8%	186.009	18%	217.200	17%
Três Pontas	116.431	125.672	8%	132.904	6%	159.287	20%
Varginha	306.647	343.473	12%	415.721	21%	479.674	15%

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme os dados referentes ao período de 2016-2017, o município de Varginha apresenta o maior percentual de crescimento com despesas totais, ou seja, 12%. E os municípios de Campanha, Guapé e São Bento Abade, evidenciam redução de 2% no

período apresentado.

Com relação ao período de 2017-2018, o município de Boa Esperança apresenta a menor evolução, ou seja, 1%. E o município de Coqueiral evidencia a um aumento de 25%.

Já no período de 2018-2019, o município de Três Pontas apresenta o maior percentual de crescimento dos gastos com pessoal, ou seja, 20%. E o município de Carmo da Cachoeira evidencia redução de 3% com despesas totais no período apresentado.

A Tabela 5 apresenta a estatística descritiva dos itens estudados no período.

Em média os 15 municípios estudados apresentam um montante de gastos com pessoal com variação de 31,885 a 37,720 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 174,115 milhões e 8,925 milhões de valor mínimo em 2019.

Com relação a receita corrente líquida, os municípios informam um montante médio com variação de 62,898 a 86,341 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 480,778 milhões e 308,179 milhões de valor mínimo em 2019.

Por fim, o montante médio das despesas totais teve uma variação de 65,369 a 90,750 milhões, de 2016 a 2019, com valor máximo de 479,674 milhões e 306,647 milhões de valor mínimo em 2019, dentre os 15 municípios.

Tabela 5: Estatística descritiva das variáveis estudadas – em mil reais

Gastos com Pessoal	2016	2017	2018	2019
Média	31.885	33.716	34.947	37.720
Desvio Padrão	37.435	39.023	40.534	44.276
Mínimo	7.403	7.356	8.016	8.925
Máximo	147.083	154.075	159.342	174.115
Receita Corr. Líquida	2016	2017	2018	2019
Média	62.898	67.050	72.303	86.341
Desvio Padrão	77.140	86.444	97.819	119.325
Mínimo	13.928	13.574	14.428	16.405
Máximo	308.179	347.719	391.067	480.778
Despesas totais	2016	2017	2018	2019
Média	65.369	69.976	79.423	90.750
Desvio Padrão	77.832	87.270	105.095	122.339
Mínimo	14.015	13.795	14.535	16.923
Máximo	306.647	343.473	415.721	479.674

Fonte: Elaborado pelos autores

Após a apresentação dos valores absolutos dos itens estudados, a seguir é demonstrado alguns indicadores conforme exposto na metodologia.

4.2 Indicadores dos Gastos com Pessoal dos Municípios da Microrregião de Varginha - Sul de Minas Gerais

Para cumprir o segundo objetivo específico e ampliar a visão dos gastos com pessoal dos municípios, é apresentado nas Tabelas 6,7 e 8 alguns indicadores. Os resultados dos indicadores são apresentados, por município, em ordem alfabética.

De forma geral, os 15 municípios apresentam a relação gastos com pessoal e receita corrente líquida inferior ao limite estipulado de 60%.

Especificamente, os municípios de Boa Esperança, Guapé e Santana da Vargem apresentam a maior relação em 2016, 54%. Em 2017, Boa Esperança e Guapé estão praticamente no limite da relação estipulada. Já em 2018, os municípios de Campos Gerais e Carmo da Cachoeira informam 58% de gastos com pessoal em relação a receita corrente líquida. Por fim, em 2019, Ilícinea e São Bento Abade apresentam a maior relação, 54%.

Tabela 6: Indicador - Gastos com Pessoal e Receita Corrente Líquida

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	54%	60%	52%	45%
Campanha	53%	51%	53%	45%
Campo do Meio	49%	47%	51%	47%
Campos Gerais	49%	54%	58%	51%
Carmo da Cachoeira	52%	54%	58%	45%
Coqueiral	48%	57%	52%	52%
Elói Mendes	51%	49%	51%	46%
<u>Guapé</u>	54%	59%	55%	49%
Ilícinea	50%	54%	56%	54%
Monsenhor Paulo	50%	46%	48%	46%
Santana da Vargem	54%	55%	57%	51%
São Bento Abade	53%	54%	56%	54%
Três Corações	54%	50%	50%	49%
Três Pontas	51%	55%	54%	49%
Varginha	48%	44%	41%	36%

Fonte: Elaborado pelos autores

A menor relação é apresentada por Varginha com percentuais de 48% em 2016 e 36% em 2019.

Conforme apresentado na seção anterior, em 2019 houve um aumento das receitas correntes líquidas, com isso, a relação com os gastos com pessoal apresentaram redução em todos os municípios em 2019.

Outro indicador analisado foi a relação gastos com pessoal e despesas totais, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7: Indicador - Gastos com Pessoal e Despesas Totais

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	45%	50%	44%	41%
Campanha	49%	51%	48%	44%
Campo do Meio	49%	48%	46%	46%
Campos Gerais	44%	47%	47%	45%
Carmo da Cachoeira	54%	56%	54%	51%
Coqueiral	53%	58%	45%	49%
Elói Mendes	50%	49%	49%	48%
<u>Guapé</u>	53%	59%	50%	52%
Ilicínea	49%	55%	54%	55%
Monsenhor Paulo	45%	42%	44%	46%
Santana da Vargem	53%	56%	56%	51%
São Bento Abade	53%	53%	55%	53%
Três Corações	49%	44%	42%	39%
Três Pontas	51%	53%	50%	44%
Varginha	48%	45%	38%	36%

Fonte: Elaborado pelos autores

O município de Carmo da Cachoeira apresenta a maior relação em 2016, 54%. Em 2017, Coqueiral e Guapé informam a maior relação, 58% e 59%, respectivamente. Já em 2018, os municípios de Santana da Vargem e São Bento Abade apresentam o maior percentual, 56% e 55%. Por fim, em 2019, Ilicínea apresenta maior relação, 55%.

A menor relação é apresentada, em 2016, por Campos Gerais, em 2017, por Monsenhor Paulo, em 2018 e 2019, por Varginha.

E o terceiro indicador calculado para comparar os municípios foi o gastos com pessoal por habitante, conforme informa a Tabela 8.

Tabela 8: Indicador - Gastos com Pessoal por Habitante

Municípios	2016	2017	2018	2019
Boa Esperança	1.111,67	1.284,96	1.133,64	1.220,29
Campanha	1.139,86	1.135,20	1.184,26	1.242,59
Campo do Meio	1.043,98	1.078,69	1.147,36	1.213,18
Campos Gerais	806,28	923,05	1.004,26	1.038,05
Carmo da Cachoeira	1.161,71	1.221,32	1.292,33	1.163,29
Coqueiral	981,71	1.115,36	1.083,55	1.273,73
Elói Mendes	1.008,27	977,03	1.013,69	1.037,93
Guapé	1.324,85	1.444,47	1.383,85	1.543,32
Ilicínea	1.046,75	1.143,91	1.159,59	1.205,98
Monsenhor Paulo	1.120,11	1.040,87	1.070,49	1.189,71
Santana da Vargem	1.244,09	1.320,56	1.370,13	1.452,65
São Bento Abade	1.617,34	1.528,25	1.583,59	1.688,35
Três Corações	996,57	916,05	1.018,52	1.079,35
Três Pontas	1.110,10	1.218,63	1.193,16	1.247,02
Varginha	1.195,01	1.210,90	1.211,36	1.284,44

Fonte: Elaborado pelos autores

O maior valor de gasto com pessoal por habitante é do município de São Bento Abade, nos quatro anos analisados.

Em 2016, o município de Campos Gerais apresenta o menor valor por habitante, R\$ 806,28. Em 2017, Três Corações informa o menor valor, R\$ 916,05. E em 2018 e 2019, os municípios de Campos Gerais e Elói Mendes apresentam a menor relação gastos com pessoal por habitante.

As Tabela 9, 10 e 11 apresentam a estatística descritiva dos indicadores apresentados.

Tabela 9: Gastos com Pessoal e Receita Corrente Líquida

	2016	2017	2018	2019
Média	51%	53%	53%	48%
Desvio Padrão	2%	5%	4%	5%
Mínimo	48%	44%	41%	36%
Máximo	54%	60%	58%	54%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 10: Gastos com Pessoal e Despesas Totais

	2016	2017	2018	2019
Média	50%	51%	48%	47%
Desvio Padrão	3%	5%	5%	5%
Mínimo	44%	42%	38%	36%
Máximo	54%	59%	56%	55%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 11: Gastos com Pessoal por Habitante

	2016	2017	2018	2019
Média	1.127,22	1.170,62	1.189,99	1.258,66
Desvio Padrão	182,89	177,05	160,90	180,14
Mínimo	806,28	916,05	1.004,26	1.037,93
Máximo	1.617,34	1.528,25	1.583,59	1.688,35

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com os resultados dos indicadores, em média os 15 municípios estudados apresentam uma relação gastos com pessoal e receita corrente líquida, entre 48% e 53%, com valor máximo de 60% e 36% de valor mínimo em 2019.

Já a relação gastos com pessoal e despesas totais, os municípios evidenciam um percentual médio com variação entre 47% e 51%, com valor máximo de 59% e 36% de valor mínimo em 2019.

Por fim, o montante médio dos gastos com pessoal por habitante teve uma variação de R\$ 1.127,22 a R\$ 1.258,66, de 2016 a 2019, com valor máximo de R\$ 1.688,35 e R\$ 1.528,25 de valor mínimo, dentre os 15 municípios.

Após a análise dos resultados dos indicadores, a seguir é apresentado a classificação dos municípios considerando a receita corrente líquida por habitante e os gastos com pessoal.

4.3 Classificação dos municípios conforme os indicadores dos gastos com pessoal por meio da análise envoltória de dados

Os municípios foram classificados conforme o melhor resultado da relação entre a receita corrente líquida por habitante com os indicadores GP x RCL, GP x DT e GP x habitante, conforme a Tabela 12. Ou seja, a destinação da receita para os gastos com pessoal, para isso foi considerado como entrada a receita corrente líquida por habitante e como saída os indicadores dos gastos com pessoal.

Tabela 12: Classificação dos municípios

Município	Resultado	<u>Classif.</u>	RCL / Hab.	% GP x RLC	% GP x DT	GP x Hab.
Campos Gerais	100%	1	1.785,61	53%	46%	1.187,64
Elói Mendes	100%	1	2.062,00	49%	49%	1.175,48
Três Corações	100%	1	1.988,88	50%	43%	1.120,80
Varginha	100%	1	2.952,62	42%	41%	942,91
Monsenhor Paulo	98%	2	2.326,19	48%	44%	1.209,66
Campo do Meio	96%	3	2.311,54	49%	47%	1.113,59
Boa Esperança	95%	4	2.292,25	52%	45%	1.009,23
Campanha	93%	5	2.355,35	50%	47%	1.424,12
Coqueiral	93%	6	2.143,54	52%	51%	1.139,06
Três Pontas	90%	7	2.289,64	52%	49%	1.105,29
Ilícinea	90%	8	2.121,10	54%	53%	1.346,86
Carmo da Cachoeira	90%	9	2.334,07	52%	54%	1.604,38
Santana da Vargem	83%	10	2.488,81	54%	54%	1.002,62
<u>Guapé</u>	81%	11	2.640,21	54%	53%	1.192,23
São Bento Abade	77%	12	2.955,43	54%	53%	1.225,43

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com os resultados, quatro municípios apresentaram melhor relação entre entrada e aplicação de recursos, ou seja, 100% e 11 municípios abaixo de 100%. A média geral dos municípios estudados, neste período, é de 92%, ou seja, a relação da receita corrente líquida e gastos com pessoal pode melhorar 8%.

Em resumo, os resultados foram agrupados em três faixas, conforme a Tabela 13.

Tabela 13: Resumo dos resultados da classificação dos municípios

Resultado/Média	Resultado	Municípios	RCL / Hab.	% GP x RLC	% GP x DT	GP x Hab.
= 100%	100%	4	2.197,28	48%	45%	1.106,71
De 90% a 99%	93%	8	2.271,71	51%	49%	1.244,03
< 90%	80%	3	2.694,82	54%	54%	1.140,09

Fonte: Elaborado pelos autores

Os quatro municípios com melhor resultado apresentam valor menor de receita corrente líquida por habitante e menores valores de gastos com pessoal comparado com a receita, despesas totais e por habitante.

Já oito municípios possuem em média 93% de índice da relação entre os indicadores, ou seja, maior receita corrente líquida por habitante e maior gasto com pessoal em relação a receita, despesas totais habitantes.

Por fim, três municípios dos quinze estudados, apresentaram um índice médio de 80%, ou seja, a relação entre os indicadores estão 20% inferior aos demais municípios estudados.

Do exposto, pode-se verificar que quanto maior a receita corrente líquida por habitante maior são os gastos com pessoal, dessa forma os municípios com pior relação entre receita e gastos com pessoal, apresentam classificações inferiores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou o comportamento dos gastos com pessoal nos municípios da microrregião de Varginha, sul de Minas Gerais. Para tanto, efetuou-se uma análise de dados extraídos dos relatórios publicados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do período de 2016 a 2019.

A análise dos resultados evidenciou que os municípios estudados, na maioria tiveram aumentos com os gastos com pessoal, com a receita corrente líquida e com o montante das despesas totais. No entanto, todos os municípios apresentaram uma relação dos gastos com pessoal e a receita corrente líquida, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Um aumento das receitas correntes líquidas no ano de 2019 refletiu na redução do percentual dos gastos com pessoal, em todos os municípios. O aumento das receitas correntes foi em função do aumento das receitas de transferências ocorridas em 2019, o qual evidencia a geração de receitas próprias insuficientes para a manutenção e prestação de serviços aos municípios.

Por meio da análise dos indicadores dos gastos com pessoal, verificou-se que, em geral, os municípios apresentam médias bem próximas. Na relação entre gastos com pessoal e receita corrente líquida, a média ficou entre 48% e 53%. Já na relação dos gastos com pessoal e despesas totais, a média ficou entre 47% e 51%.

Os resultados da aplicação da metodologia *Data Envelopment Analysis* – DEA, demonstraram, a partir dos indicadores, a classificação dos municípios com melhor resultado da relação entre receita corrente líquida e gastos com pessoal, sendo os municípios de Campos Gerais, Elói Mendes, Três Corações e Varginha. Esses municípios, de acordo com a metodologia, passam a ser *benchmark* para os demais. Conforme os resultados, 8 municípios apresentaram um índice de 93%, ou seja, os indicadores gastos com pessoal com receita líquida, gastos com pessoal com despesas totais e gastos com pessoal por habitante, estão com uma relação 7% inferior comparada com a receita corrente líquida por habitante. E 3 municípios, Santana da Vargem, Guapé, e São Bento Abade, informaram, 20% abaixo dos municípios com a melhor relação estudada.

É sabido da especificidade de cada município, mas de acordo com estudo, é possível identificar os pontos em comum e buscar melhorias, sem desconsiderar o atendido das demandas sociais e a qualidade da prestação dos serviços particulares dos municípios.

Destaca-se que os achados desta pesquisa podem contribuir para o processo de gestão, pois possibilitam uma reflexão quanto ao controle e destinação de recursos públicos.

Contudo, os resultados encontrados estão condicionados à escolha da amostra. Dessa forma, sugere-se para futuras pesquisas a utilização de um número maior de microrregiões, o que trará possibilidades de observar as divergências e semelhanças com os resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22/07/2020.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso: 14/07/2020.

CERVO, A; BREVIAN, A. **Metodologia Científica**: Para uso dos estudantes universitários. 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. **Measuring the efficiency of decisionmaking units**. *European Journal of Operational Research*, Amsterdam, v. 2, p. 429-444, 1978.

CONFESSOR, Kliver Lamarthine Alves; COSTA, Jailza Mendes da; TORRES, Audrey Regina Leite Esperidião; TORRES, Fernando José Vieira. Despesas com pessoal nos municípios do estado da Paraíba: uma análise do último triênio (2014 à 2016), In: XX Seminários em Administração – SemeAD, 2017. **São Paulo. Anais XX Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2017.

FARREL, M. J. The Measurement of productive efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society*, London, v. 120, n. 3, p. 253-290, 1957.

FIRJAN. **Índice Firjan De Gestão Fiscal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_estudo-completo.pdf. Acesso em 03/08/2020.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAYNES, E. K.; DINC, M. Data Envelopment Analysis (DEA). In: KEMPF-LEONARD, K. (Ed.). **Encyclopedia of social measurement**. New York: Elsevier, 2005.

LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1359-1374, 2013.

SILVA, Luiz Henrique da, Despesas com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal no município de Camboriú/SC. In: XXI Seminários em Administração – SemeAD, 2018. São Paulo. **Anais XXI Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2018.

SOUSA, Kleber Moraes; ALMEIDA, Sinara Mônica Vitalino de, Limite das Despesas com Pessoal e a Redução da Produção dos Serviços do PSF: Um Estudo nos Municípios Pernambucanos. In: XIV Seminários em Administração – SemeAD, 2011. São Paulo. **Anais XIV Seminários em Administração**. São Paulo- SP: SEMEAD, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 